



Do acesso a permanência estudantil: políticas de apoio material, acadêmico e simbólico no Brasil

RESUMO EXECUTIVO

Abril de 2024

Sumário

I. Introdução.....	3
II. Metodologia	7
III. Principais resultados	9
a. Caracterização do campo de pesquisa	9
b. Apoio material, acadêmico e simbólico.....	13
c. Apoios institucionais	16
d. Outros resultados.....	18
IV. Considerações Finais	19
V. Principais recomendações.....	20
V. Referências.....	21
VI. Equipe de pesquisa	24

I. Introdução

Este estudo faz parte do projeto “*Affirmative action and the right to higher education: recent changes, outcomes and political action in Brazil*”, desenvolvido pelo LEPES (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior), da Faculdade de Educação da UFRJ, em conjunto com a Ação Educativa, com apoio da Open Society Foundation.

A pesquisa teve como objetivo mapear as ações de permanência e assistência estudantil aos estudantes nas sessenta e nove (69) universidades federais (UF) brasileiras, por meio das informações disponíveis nos websites das universidades e dados coletados diretamente com as instituições. Para este trabalho foi reunido um grupo de pesquisadores brasileiros com experiência de pesquisa nos temas propostos e

O estudo foi realizado pelo LEPES em parceria com o Laboratório de Pesquisas sobre Serviços de Apoio aos Estudantes do Ensino Superior (LAPES), uma rede formada por profissionais de diferentes serviços de apoio aos estudantes de todo o país e que busca oferecer formação continuada para esses profissionais.

Partimos de um referencial teórico baseado nos seguintes aspectos: emergência dos estudos sobre assuntos estudantis nas universidades federais brasileiras; políticas de permanência e assistência estudantil; histórico das ações de assistência e permanência estudantil nas universidades federais a partir do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); permanência e assistência como direito; financiamento das ações de permanência e assistência; permanência, assistência e apoio pedagógico; ações afirmativas e demandas por assistência estudantil e apoio pedagógico, entre outros temas (Vargas e Heringer, 2016; Heringer, 2022; Dias et al, 2020; Toti, 2022; Dias, 2021, Prado, 2021; Santos, 2009). Tomamos como ponto de partida o trabalho de Vargas e Heringer (2016) que analisa um levantamento, realizado no primeiro semestre de 2015, das políticas de assistência estudantil nos websites das 63 universidades federais existentes à época.

A fim de identificarmos e compreendermos o cenário atual das políticas de permanência estudantil nas 69 UF, buscamos: [1] coletar e sistematizar dados sobre apoio material, acadêmico e simbólico; [2] coletar e sistematizar dados sobre orçamento da assistência estudantil e outros direcionados de forma direta pelas UF para ações de permanência estudantil; [3] identificar políticas e ações de permanência estudantil; [4] identificar o tamanho e o perfil das equipes

multiprofissionais lotadas nas Pró-reitorias de Assuntos Estudantis ou equivalentes; [5] analisar a produção científica recente sobre assistência e permanência.

Observamos que as UF mantêm diferentes programas de assistência estudantil e que fazem diferentes usos dos recursos do PNAES, possibilidade garantida pelo exercício da autonomia universitária. Também percebemos que há grande variabilidade na distribuição e aplicação desses recursos entre as UF, já prenunciando a multiplicidade de formatos que toma as políticas institucionais de permanência e assistência estudantil em cada uma delas.

Quanto aos recursos financeiros, buscamos identificar como são utilizados, mostrando os tipos de auxílio. Além disso, observamos nos sites das Pró-reitorias de Assuntos Estudantis dessas UF quais outros programas e ações são ofertados, além dos diferentes auxílios, e como estão compostas as equipes multiprofissionais que atuam no atendimento e acompanhamento aos estudantes.

Nossos dados permitiram generalizar a nomenclatura e identificar os órgãos que gerem o PNAES nas UF como Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis, isso porque quase a totalidade desses órgãos são pró-reitorias e 2/3 tem em seu nome a expressão “Assuntos Estudantis”. A mudança e a consolidação dessa nomenclatura nos sugere os “assuntos estudantis” como um campo emergente de estudos, caminhando na lógica das experiências internacionais, especialmente norte-americanas, com departamentos intitulados “students affairs” (Toti e Polydoro, 2020). Esse novo campo possibilita tornar mais abrangente o campo da assistência estudantil, já que não se restringe à concepção, apenas, de apoio material (Dias e Sampaio, 2023).

Em nosso levantamento, compreendemos que, em relação ao estudo já citado (Vargas e Heringer, 2016), houve um avanço no que diz respeito à localização da assistência estudantil nos organogramas, hoje quase todas as UF contam com pró-reitorias relacionadas aos assuntos estudantis que gerenciam os recursos do PNAES, o que indica um reconhecimento do tema por parte das instituições. Sobre a estruturação das equipes, entendemos que houve um avanço significativo na ampliação e diversificação das equipes e na sua qualificação (Dias e Toti, 2023; Toti, 2022, Menda et al., 2022), contudo, o número de profissionais segue defasado, impactando diretamente no oferecimento de mais serviços e de ações de permanência estudantil.

A partir dos dados e revisão bibliográfica realizada, consideramos que as concepções adotadas pelas Pró-Reitorias e suas equipes amadureceu ao longo dos anos (Dias, 2021) na direção daquilo que Vargas e Heringer (2016) já haviam colocado, apresentando, hoje, a concepção de

políticas de permanência como responsável por iniciativas mais abrangente do que, simplesmente, as ações de transferência de recursos ou de apoio material. Com base nas estruturas institucionais e ações encontradas na nossa pesquisa, podemos afirmar que a permanência, ou os assuntos estudantis, é concebida como a política voltada a promover a inserção plena dos estudantes na vida universitária, favorecendo a aprendizagem, integração e conclusão do curso. Portanto, ratificamos a definição de que as políticas de assistência estudantil estão contidas nas políticas de permanência, sendo específicas e voltadas a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas não esgotando a abrangência das ações voltadas à permanência (Honorato, Vargas e Heringer, 2014).

Entendemos, assim, que a vulnerabilidade que afeta a permanência não se limita à ideia financeira/material. As vivências acadêmicas são multidimensionais e os estudantes podem demandar, ao longo do percurso, apoio acadêmico e simbólico no sentido da construção de vínculos com a instituição e o curso, ou, a da afiliação acadêmica como propôs Coulon (2008).

Neste trabalho, compreendemos permanência estudantil como o conjunto de políticas institucionais voltadas à inserção dos estudantes na vida acadêmica, por meio de programas e ações de ensino, pesquisa, extensão e assistência, a fim de que permaneçam na universidade e concluam seus cursos construindo seu senso de pertencimento, desfrutando de uma formação com diferentes possibilidades de participação, além da sala de aula, e com qualidade de aprendizagem. Assim, a partir do referencial bibliográfico consultado, organizamos essas políticas de permanência estudantil em três tipos de apoio: material, acadêmico e simbólico. O apoio material é constituído pelas políticas, programas e ações institucionais que viabilizam, a determinados perfis de estudantes, suporte financeiro ou ajuda direta, como moradia, alimentação e transporte, seja na forma de bolsa ou no oferecimento de espaços na moradia, subsídio para a alimentação ou transporte, assim como outros mais recentes para aquisição de equipamentos de informática e acesso à internet.

O apoio acadêmico, por sua vez, é realizado por meio de políticas, programas e ações institucionais que apoiam de modo mais direto a aprendizagem dos estudantes e sua integração à universidade e ao curso, buscando melhorar a experiência da vida universitária e, conseqüentemente, o desempenho acadêmico. Nesse grupo, consideramos as ações de apoio psicológico, apoio pedagógico, apoio psicopedagógico, ações de esporte, cultura e lazer, assim como serviços de saúde. Nesse grupo de ações, o apoio é realizado por meio de acompanhamento sistemático de equipes multiprofissionais.

Por fim, o apoio simbólico diz respeito às diferentes políticas, programas e ações institucionais que favoreçam o fortalecimento de vínculos e o pertencimento à instituição/campus/curso por meio de suas identidades. Nesse grupo de apoio, identificamos aqueles voltados ao fortalecimento dos coletivos estudantis e ao fomento de ações que considerem a diversidade da população estudantil, nos quais compreendemos aquelas voltadas para a população preta, parda, indígena, quilombola, com deficiência, de imigrantes, mães, LGBTQIA+ entre outras.

Reconhecemos que alguns desses apoios acontecem de forma conjunta ou interligada, como determinados tipos de apoio material voltados para algum grupo específico, como vagas de moradia para mães, indígenas ou quilombolas, ou auxílios específicos, por exemplo. O mesmo acontece com o apoio acadêmico, que também pode ser direcionado a algum desses grupos, como ações de apoio pedagógico para estudantes indígenas, quilombolas ou refugiados, por exemplo. Assim, nosso intuito não é desmembrar políticas, mas sim, criar categorias analíticas que nos permitam identificar possíveis avanços nas políticas de permanência estudantil, que, apesar de avanços identificados na nomenclatura das Pró-reitorias, ainda são identificadas como sinônimo de políticas de assistência estudantil na sua concepção estrita de apoio material ou, mais especificamente, ao tripé da assistência prioritária: moradia, alimentação e transporte.

II. Metodologia

Este trabalho se insere no campo de pesquisas sobre ensino superior (Neves, Sampaio e Heringer, 2018), mais especificamente naquilo que tem sido concebido em âmbito internacional como um subcampo em emergência, os “assuntos estudantis” ou, nacionalmente, no subcampo da assistência estudantil (Dias, 2021). A pesquisa tem um recorte metodológico nas ciências sociais com uma abordagem qualitativa (Martins, 2004).

A pesquisa atualiza outras pesquisas recentes sobre assistência e permanência estudantil, toma como referência inicial o trabalho de Vargas e Heringer (2016) e busca identificar políticas e ações voltadas para a permanência estudantil, contemplando o apoio material, acadêmico e simbólico oferecido pelas 69 universidades federais brasileiras.

No trabalho de Vargas e Heringer (2016) foi feito um levantamento, no primeiro semestre de 2015, das políticas de assistência estudantil nos websites das 63 universidades federais, observando especificidades regionais e institucionais. Entre o primeiro semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2023, seis universidades federais foram criadas, totalizando as 69 UF existentes atualmente. As autoras analisaram, no trabalho de 2016, as características e a abrangência das políticas de permanência estudantil das universidades federais e indicaram, dentre outras coisas, a importância do Fonaprace (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) como instância articuladora das ações de permanência¹.

As etapas que adotamos no percurso metodológico foram: levantamento bibliográfico, elaboração de formulário para coleta de dados nos sites das 69 UF, elaboração do roteiro de questões para as 69 UF via Fala.BR², coleta de informações nos websites, consulta às universidades via plataforma Fala.BR, análise dos dados disponíveis nos websites combinada com as respostas do Fala.BR, elaboração dos relatórios parcial e final, apresentação dos resultados da pesquisa no IV Seminário LEPES, revisão e publicação do relatório final, assim como outras formas de divulgação.

¹ O Fonaprace continua sendo o principal agente político que defende a assistência estudantil em âmbito nacional (Dias, 2021), especialmente no que diz respeito ao Pnaes. No que diz respeito ao repasse de recursos temos visto que as universidades federais têm sofrido ao longo dos anos com as perdas no orçamento direcionado à assistência estudantil, o que implica em limitações na manutenção e ampliação dos benefícios aos estudantes.

² O Fala.BR é uma Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação pela qual é possível acionar órgãos e entidades do Poder Executivo Federal solicitando informações ou registrando manifestações (denúncias, elogios, reclamações, sugestões e solicitações). Os serviços na plataforma são orientados pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018).

Fizemos, ainda, buscas no portal de periódicos da Capes e no Scielo.Br, com os mesmos termos de busca, assim como um resumo dos trabalhos completos apresentados no “Simpósio Temático - ST 37 Assuntos Estudantis na educação superior: um subcampo emergente na Sociologia da Educação” realizado em outubro de 2022 como parte do 46º Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs).

Após o levantamento e revisão bibliográfica, partimos para a elaboração de um formulário eletrônico visando organizar as informações da coleta de dados realizada pela equipe de pesquisa nos websites das Pró-reitorias de Assuntos Estudantis ou equivalentes das 69 universidades federais. Esse formulário foi utilizado como ferramenta para a organização da coleta das informações, apenas para uso da equipe de pesquisa. Essas pró-reitorias ou órgãos das universidades foram escolhidos por serem responsáveis por planejar e executar políticas de permanência, incluindo as políticas de assistência estudantil financiadas pelo PNAES, que tomamos como principal referência. O programa é considerado um marco na construção das políticas de permanência e assistência estudantil (Vargas e Heringer, 2016; Kowalski, 2012; Crosara et al., 2020).

Em 2015, Vargas e Heringer (2016) constataram uma grande dificuldade em localizar informações nesses sites. Mais recentemente, em uma pesquisa que buscou identificar materiais de apoio à aprendizagem nos sites dessas pró-reitorias, também foi identificada a dificuldade em se localizar informações (Silva, Matta e Dias, 2023).

Dessa forma, o instrumento de coleta foi pensado considerando essas dificuldades. Com ele, buscamos fazer um mapeamento das políticas de permanência estudantil, com enfoque principal no apoio acadêmico e simbólico. Contudo, também encontramos dificuldades em localizar tais dados, o que nos levou a buscar informações em outros sites e documentos das 69 UF, assim como solicitar algumas informações diretamente às instituições via Lei de Acesso à Informação (LAI).

III. Principais resultados

Agrupamos os dados em duas categorias: dados coletados a partir do nosso levantamento nos sites e dados informados pelas instituições na consulta via Fala.BR. A partir desse agrupamento, organizamos as informações em quatro seções: [a] caracterização do campo de pesquisa, [b] apoio material, acadêmico e simbólico, [c] apoios institucionais e [d] outros resultados.

a. Caracterização do campo de pesquisa

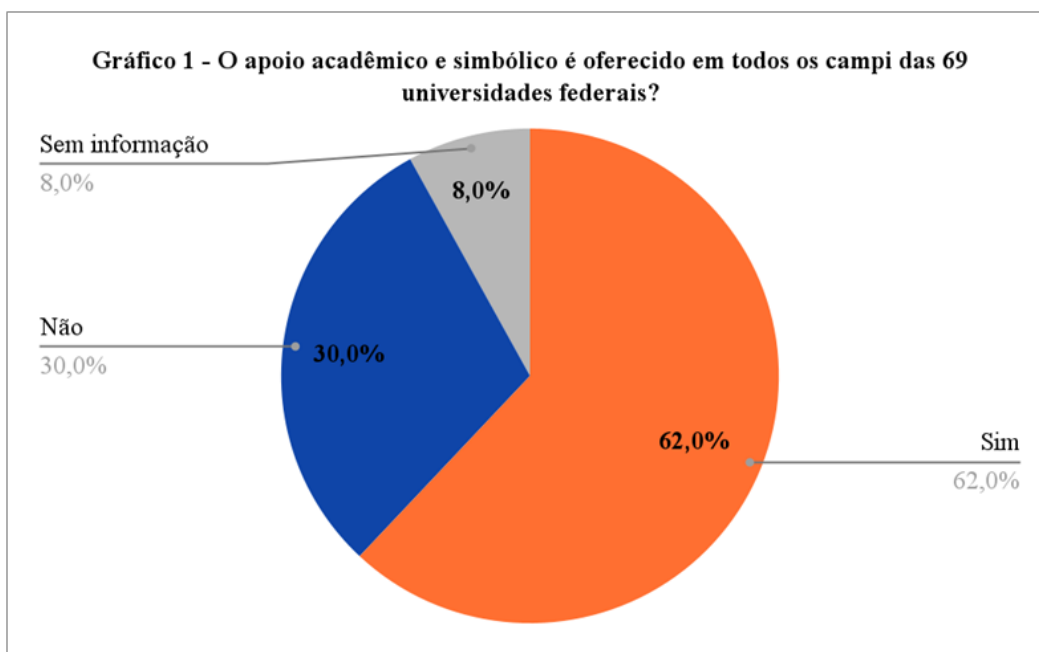
Elaboramos um roteiro para o levantamento dos dados nos sites das 69 universidades federais em relação às ações de permanência estudantil. Como ferramenta para facilitar o registro e organização dos dados, utilizamos o Google Formulário. Organizamos nosso roteiro em quatro seções: 1 - Dados gerais de identificação e caracterização da instituição; 2 - Caracterização do órgão institucional responsável pelos recursos financeiros do PNAES; 3 - Dados sobre permanência simbólica; 4 - Dados sobre apoio acadêmico, além de uma última questão para observações sobre a coleta de dados nos sites das universidades federais.

As 69 universidades federais estão espalhadas nas cinco regiões do país. O maior número de universidades se encontra no Nordeste (20), seguido do Sudeste (19), Norte (11), Sul (11) e Centro-Oeste (8). Há diferenças entre as universidades, seja quanto ao número de campi, número de alunos de graduação, quantitativo e composição do quadro de profissionais lotados nas pró-reitorias ou órgãos responsáveis pelos assuntos estudantis e até mesmo em relação à nomenclatura que utilizam para nomear estas instâncias administrativas.

A partir dos dados coletados, identificamos que praticamente metade das 69 universidades federais têm até 4 campi e a outra metade, 5 ou mais campi. De forma mais detalhada, 6 contam com apenas 1 campus, 8 com dois campi, 21 com 3 ou 4 campi, 18 com 5 ou 6 campi e 16 com 7 ou mais campi. O fenômeno da expansão de vagas nessas universidades a partir do Reuni deu-se também em virtude da criação de novos campi, o que trouxe uma série de desafios para as instituições no que diz respeito à permanência estudantil, isso porque, em muitos casos, esses campi de expansão não possuem a mesma estrutura, nem dos serviços e nem das políticas de permanência estudantil (Fonaprace, 2018).

Visto que essa era uma dificuldade encontrada em um levantamento do próprio Fonaprace no ano de 2016, e tomando como base o fato de que o apoio material é oferecido em todas as UF,

buscamos também identificar se as ações de apoio simbólico e acadêmico são oferecidas em todos os campi das universidades (Gráfico 1). Identificamos que na maioria delas (62%) a resposta foi sim, ou seja, são reproduzidos nos campi os mesmos serviços, programas e editais existentes na sede. Em 30% das UF não conseguimos localizar a informação e em apenas 8% esses apoios não são realizados em todos os campi, nos quais existe, apenas, o apoio material.



Fonte: Produzida pela equipe de pesquisa a partir de informações coletadas nos sites das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis das 69 UF

Outro dado interessante diz respeito ao nome das Pró-Reitorias responsáveis por gerenciar os recursos do PNAES. Muitas têm em seu nome mais de uma frente de atuação como, por exemplo, assuntos estudantis e comunitários ou extensão e assuntos estudantis ou ainda assuntos estudantis e políticas afirmativas. Vargas e Heringer (2016) identificaram em 2015 que 43 das 63 UF à época possuíam Pró-Reitorias ou órgãos equivalentes de gestão do PNAES. Hoje, 67 das 69 UF têm Pró-Reitorias ou equivalentes e em apenas duas a responsabilidade é de departamentos vinculados a alguma Pró-Reitoria, o que nos sugere que nesse intervalo de 8 anos a permanência estudantil se institucionalizou.

Analisando os termos utilizados na nomenclatura dessas Pró-Reitorias, o termo “assuntos estudantis” é o mais recorrente, aparecendo em 41 das 69 universidades. O segundo termo mais recorrente é “assuntos comunitários”, aparecendo 14 vezes, enquanto o termo “políticas afirmativas” aparece 7 vezes e “extensão” 6 vezes. Há, ainda, 2 universidades que possuem

departamentos de assuntos estudantis e/ou comunitários em outras Pró-Reitorias. Por fim, o termo “assistência estudantil” apareceu na definição de apenas 11 das 69 universidades, o que indica, segundo nossa análise, o avanço das instituições na concepção de permanência estudantil como uma política que vai além do apoio material, embora este seja prioritário.

Em relação às equipes de profissionais que atuam nessas Pró-Reitorias, empreendemos um esforço no sentido de compreender o tamanho das equipes dos serviços de apoio aos estudantes ou serviços de assuntos estudantis. Buscamos identificar, também, o seu perfil, levando em conta o cargo que ocupam e a data de contratação, considerando pesquisas recentes que mostram que a contratação de pedagogos e psicólogos para a assistência estudantil se deu especialmente a partir dos anos 2010 (Toti, 2022 e Menda et al.,2022), sugerindo um movimento dessas Pró-Reitorias em fomentar políticas para além do suporte material.

Na consulta às universidades, realizada via Fala.Br, identificamos uma diversidade de cargos entre os servidores que atuam nas Pró-reitorias de Assuntos Estudantis. No total, foram indicados 2.638 servidores atuando nessas pró-reitorias, número superior aos 2071 identificados em 2016 em pesquisa do Fonaprace (2018). Os 2.638 servidores identificados nos nossos dados estão distribuídos em 88 cargos diferentes. Essa variedade de cargos representa a natureza, desejável, das ações de apoio à permanência, que devem articular diferentes áreas do saber para dar suporte nas diferentes dimensões envolvidas na permanência.

Foi possível identificar uma predominância de servidores que atuam nas áreas chamadas gerenciais ou administrativas. Ao agruparmos cargos de natureza administrativo ou financeira, tais como assistentes em administração (456), administradores (75), auxiliar em administração (49), economistas (6), contadores (7) etc., obtivemos o total de 650 servidores, o que representa 24,64% da força de trabalho dessas pró-reitorias. Quando comparada às outras categorias, isoladamente, esta é a maior, seguida pela de Serviço Social, que refere-se às assistentes sociais, correspondente a 19,64% dos servidores. Esses dados indicam uma característica importante das políticas de permanência estudantil que se concretizam nas ações de assistência estudantil, que é o caráter monetarizado e focalizado, isso por concentrar as assistentes sociais e os servidores de apoio administrativo no apoio à organização dessas atividades. Em que pese nossos dados não serem suficientes para afirmarmos que os servidores do apoio administrativo se concentram nas atividades de organização de bolsas e auxílios, nossa experiência por meio de outras pesquisas nos permite inferir tal conclusão (Dias et al, 2020; Dias, 2021; Toti, 2022). Queremos dizer com isso

que a estrutura das pró-reitorias de assuntos estudantis ainda gira em torno da escolha dos beneficiários e da gestão e acompanhamento do uso do recurso financeiro.

Por outro lado, é positivo verificarmos que o quadro de servidores já demonstra a expansão do atendimento multiprofissional, voltado para atender as diferentes dimensões da permanência do estudante. Para Toti (2022) as equipes dos serviços podem ser consideradas multiprofissionais ao contarem com profissionais, pelo menos, das áreas de serviço social, educação e saúde mental (apoio material, apoio psicológico e apoio pedagógico). Adotando essa concepção, nossos resultados mostraram que 76,81% (53) das instituições possuem equipes multiprofissionais nos assuntos estudantis. Sobre a importância de uma equipe multiprofissional, Toti (2022) demonstrou que a existência de uma equipe com estas características afetava positivamente a variedade de ações oferecidas no Apoio Pedagógico.

Profissionais da Saúde, da Psicologia e da Educação (Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais) vêm na sequência do quantitativo de profissionais envolvidos nas ações de permanência, somando 19,64%, 16,07%, 10,92% e 10% dos profissionais indicados, respectivamente.

Por meio do Fala.BR identificamos que 44 das 69 universidades federais contam com profissionais terceirizados, a maioria em cargos de apoio administrativo ou condizentes com atividades dos restaurantes universitários. Porém, conforme localizado nos relatórios de prestação de contas, já se identifica a contratação de assistentes sociais e psicólogos, além de intérpretes de Libras e outros profissionais dedicados à acessibilidade e inclusão. O tema da terceirização na assistência demanda novas pesquisas.

A terceirização da assistência estudantil pode ser um risco para as políticas de permanência como um todo (Dias, 2022), isso pela frequente rotatividade de profissionais nesse modelo de terceirização da força de trabalho nas instituições públicas (Druck et al., 2018), assim como pelo tempo de formação em trabalho, ou seja, formação continuada, que profissionais da permanência precisam ter para compreenderem suas atuações no ensino superior, em geral, e nos assuntos estudantis, em específico (Dias, 2022). Consideramos importante a profissionalização dos serviços de assuntos estudantis, assim como a sua expansão via a contratação de mais servidores para atuarem em equipes multiprofissionais (Dias e Toti, 2023; Toti e Dias, 2022). Defendemos a permanência estudantil como finalidade de toda a universidade e não apenas de uma Pró-Reitoria

e, nesse sentido, a terceirização dos profissionais desses serviços constitui-se como um risco por toda a complexidade que envolve o trabalho com a permanência estudantil.

b. Apoio material, acadêmico e simbólico

Para compreender as ações de apoio material oferecidas, organizamos os dados dos sites (Quadro 1) da seguinte forma: moradia – residência universitária, moradia – auxílio financeiro; alimentação – restaurante universitário, alimentação – auxílio financeiro; transporte – auxílio financeiro; creche, creche – auxílio financeiro; inclusão digital (notebook, chip, modem etc.), auxílio financeiro – materiais didáticos; apoio financeiro para grupos minoritários (pessoas transgênero, mulheres, quilombolas etc.). De acordo com nosso levantamento, os auxílios mais comuns ofertados pelas universidades federais são financeiros e dizem respeito à moradia, creche e alimentação.

Quadro 1 - Formas de apoio material oferecidas pelas universidades, conforme informações nos sites

Auxílio	Quantitativo de UF
Moradia – auxílio financeiro	64
Creche – auxílio financeiro	60
Alimentação – auxílio financeiro	55
Alimentação – restaurante universitário	54
Transporte – auxílio financeiro	47
Moradia – residência universitária	42
Inclusão digital (notebook, chip, modem etc.),	39
Auxílio financeiro – materiais didáticos	35
Apoio financeiro para grupos específicos (pessoas transgênero, mulheres, quilombolas etc.)	33
Creche	6

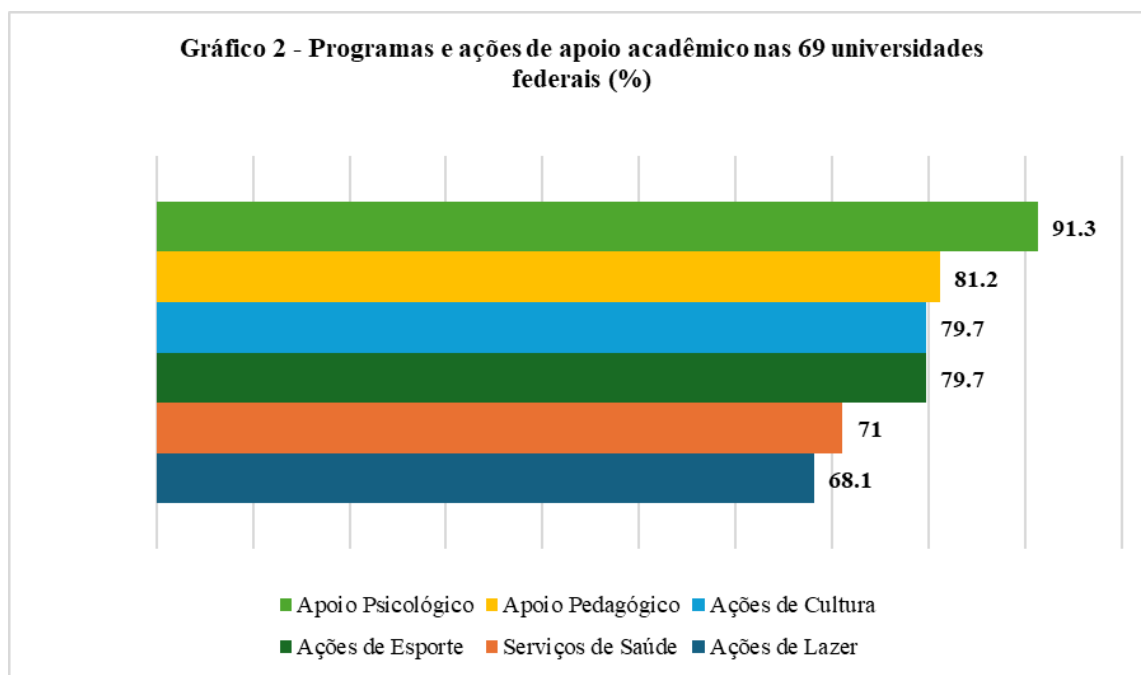
Fonte: Elaborado pela equipe da pesquisa a partir da consulta aos sites das Pró-Reitorias de assuntos estudantis das 69 UF.

Além dos auxílios listados acima, colocamos um item no formulário denominado “Outros”. A partir dele, identificamos que 28 universidades não oferecem nenhum outro tipo de auxílio além dos listados. As demais, totalizando 41 universidades, oferecem outros tipos de bolsas e auxílios, dentre eles: bolsa atleta, auxílios para participação de eventos acadêmicos, auxílios para estudantes

com necessidades especiais, auxílio emergencial, bolsa permanência, auxílio para compra de material pedagógico etc.

É importante ressaltar que esses resultados, que indicam universalização do atendimento às principais questões materiais, são uma conquista advinda da destinação de recursos federais para este fim. A história da Assistência Estudantil no Brasil esteve, até a década de 2000, quase que exclusivamente associada a esse tipo de apoio, no entanto, a falta de recursos e de uma política nacional sempre foi um empecilho para a universalização (Kowalski, 2012). Considerando os avanços nessa forma de apoio (que ainda carece de mais recursos financeiros), assim como diferentes estudos como o de Céspedes et al (2021) que apontam para a eficácia dos mesmos, nos dedicamos com mais profundidade nesta pesquisa a identificar e analisar o apoio acadêmico e simbólico.

Em relação ao apoio acadêmico (Gráfico 2), identificamos que o mais frequente nas 69 universidades é o apoio psicológico, seguido do apoio pedagógico, ações de esporte e cultura, serviços de saúde e ações de lazer.



Fonte: Produzida pela equipe de pesquisa a partir de informações coletadas nos sites das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis das 69 UF

Mesmo com todas as dificuldades em localizarmos dados nos sites, no caso do apoio acadêmico foi possível identificar que em todas as universidades ao menos um tipo de apoio é oferecido, dado que também se mostra importante, principalmente se levamos em conta a frequência de oferta dos tipos de apoio, separadamente, que, de modo geral, supera os 70% das universidades em todas as modalidades que identificamos. Isso mostra que esse também é um tipo de ação que vem se consolidando nos últimos anos, como mostram Menda et al (2022), Gomes (2020) e Oliveira (2018) no caso no apoio psicológico e Toti (2022) e Dias (2021) no caso do apoio pedagógico.

Para identificar as políticas de apoio simbólico, analisamos as respostas enviadas pelas universidades via Fala.BR e também os dados coletados nos sites. No infográfico a seguir (Figura 1), é possível termos uma visão geral das políticas de apoio simbólico informadas pelas universidades. Os dados estão organizados por região, sendo possível notar aquelas que são mais comuns em cada região.

Figura 1 - Políticas de apoio simbólico nas 69 universidades federais brasileiras em 2023



Fonte: Elaborado pela equipe de pesquisa. Data de referência: novembro de 2023. Dados coletados via Fala.BR.

A partir dos dados coletados, identificamos que as políticas de apoio simbólico mais frequente são aquelas voltadas a estudantes com deficiência, presente em 51 (73,9%) das universidades. Na sequência, com uma frequência bem parecida, aparecem aquelas voltadas para a população indígena e quilombola, com quase 70%, assim como as pensadas pelo recorte de raça e gênero, com quase 70% também. Além disso, identificamos que em 40 delas (58%) há políticas para a população LGBTQIA+, em 30 delas (43,5%) para estrangeiros e em 20 (29%) para a população em situação de refúgio. Ainda foi possível identificar que em 38 universidades (55,1%) há programas e ações que incentivam os coletivos estudantis.

Esses dados (coletados nos sites e informados pelas universidades) nos permitem compreender que a maioria das universidades têm desenvolvido políticas para acolher a diversidade de seus estudantes. Ao mesmo tempo que os sites e os relatórios não nos permitem mensurar o número de estudantes atendidos por esses programas, os dados nos permitem inferir que a partir de 2016 as universidades avançaram no desenvolvimento de ações desse tipo. Os dados encontrados por Vargas e Heringer (2016) nos sites das mesmas Pró-Reitorias eram mais tímidos no que diz respeito a essas ações, assim como no levantamento feito pelo Fonaprace (2018) na mesma época. Mesmo com os recursos do PNAES congelados desde então e com o orçamento das universidades em queda desde 2016 (Silva e Marques, 2022), as universidades federais têm buscado estratégias para oferecer aos estudantes mais do que moradia, alimentação e transporte.

Durante a coleta de dados, ao analisarmos as informações sobre os diferentes tipos de apoio simbólico também notamos que, em muitos casos, eles são ofertados por outros órgãos/setores ou Pró-Reitorias, contando com o apoio das Pró-reitorias de Assuntos Estudantis, seja para fomentar essas ações por meio de recursos financeiros/bolsas, seja por meio da articulação dos diferentes setores/serviços da instituição, seja apenas divulgando esses apoios em suas páginas aproveitando uma possível capilaridade dessas pró-reitorias junto aos estudantes. Além dos apoios institucionais, que vamos abordar no tópico seguinte, o mais interessante é a compreensão de que a permanência estudantil não é algo restrito às Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis, e sim uma responsabilidade de toda a instituição.

c. Apoios institucionais

Além de identificarmos os apoios material, acadêmico e simbólico, buscamos também identificar o oferecimento desses apoios por meio de outros órgãos que não as Pró-Reitorias de

Assuntos Estudantis, reconhecidos na perspectiva da instituição como uma ação que favorece a permanência. Nosso intuito era, portanto, verificar se a própria universidade entendia ações que não estão localizadas nas Pró-reitorias de assuntos estudantis como ações de permanência. Desde as nossas buscas iniciais, já trabalhávamos com a hipótese de que parte desses apoios pudessem ser oferecidos por meio de outros órgãos. Nossa experiência em outras pesquisas (Dias, 2021; Toti, 2022) corroboradas pela coleta inicial embasaram esse olhar para fora dessas Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis.

Embora ainda não seja frequente, nem possível afirmar que acontece em nível nacional ou em algumas regiões, a ideia de pensar a permanência estudantil para além das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis parece ser mais frequente do que no passado, especialmente nas dimensões dos apoios acadêmicos e simbólicos. A partir do que observamos nos sites, destacam-se o oferecimento de apoios por meio das Pró-Reitorias de Graduação para ações de apoio pedagógico, das Pró-Reitorias de Extensão para pensar o esporte e a cultura, dos serviços de saúde e as faculdades de psicologia e ciências da saúde para o atendimento psicológico.

De modo geral, identificamos ações em outras Pró-Reitorias e órgãos para pensar programas de iniciação científica, programas de monitoria e tutoria, programas de esporte e cultura, atendimento médico e psicológico, oferecimento de cursos de línguas, fomento à participação em eventos acadêmicos ou os núcleos que trabalham com grupos específicos, como o atendimento a estudantes com deficiência, indígenas, quilombolas, mulheres, LGBTQIA+.

Os dados sobre as ações de permanência que não são desenvolvidas pelas Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis nos deram uma informação importante sobre a concepção de permanência estudantil que está em construção. As informações que conseguimos via Fala.BR mostram que as universidades compreendem a permanência como um objetivo comum a diferentes instâncias da instituição, pois indicaram ações que não são, tradicionalmente, vistas como ações de assistência estudantil, como é o caso da iniciação científica e ações de extensão. Consideramos que isso mostra o entendimento de que a promoção da permanência não é feita, somente, com apoio material e que não se limita a um grupo específico de alunos, embora existam prioridades estabelecidas.

d. Outros resultados

No conjunto, podemos afirmar que os sites das Pró-Reitorias pesquisadas tem sido um repositório de editais, sendo esse o dado comum das 69 universidades. As estratégias de comunicação com os estudantes podem estar acontecendo por outros meios, como redes sociais, e-mails e aplicativos de mensagem. Durante a pesquisa nos sites, tanto os pesquisadores e pesquisadoras familiarizados com a assistência estudantil quanto as bolsistas, estudantes de ensino superior, tiveram bastante dificuldade em localizar informações “básicas”, como por exemplo: o que as universidades por meio dessas Pró-Reitorias oferecem em termos de permanência simbólica, ou seja, o apoio para além do suporte material via auxílios financeiros. Essa dificuldade nos levou à leitura dos relatórios de gestão, onde pudemos identificar um conjunto maior de ações. No entanto, ao partir para a busca nos sites, nosso objetivo era saber tanto se esses programas e políticas existem, como entender a forma que os estudantes acessam as informações, uma vez que relatórios de gestão, ainda que possam fornecer informações mais detalhadas, não parecem a melhor forma de comunicação com os estudantes.

IV. Considerações Finais

Como principal conclusão, identificamos um movimento, ainda que parcial, das universidades federais compreenderem a permanência estudantil como uma responsabilidade das universidades como um todo e não de uma pró-reitoria em específico. Nesse sentido, destacamos os diálogos com as Pró-reitorias de Graduação e Extensão, os serviços de saúde, as organizações estudantis de esportes e lazer e os órgãos voltados aos direitos humanos.

Todos os relatórios institucionais consultados são unânimes em dizer que os recursos do PNAES são insuficientes e vêm sendo complementados por outras fontes de financiamento das universidades, principalmente a partir de 2018.

O tamanho das equipes que atuam nessas Pró-reitorias de assuntos estudantis, ainda parece pequeno, com um número significativo de profissionais de suporte administrativo, mas que mostra uma maior diversificação se comparado a 2016, com a incorporação de mais assistentes sociais, pedagogos e psicólogos. O tamanho e a diversidade das equipes parece ser um bom indicativo para o aparecimento de outras formas de apoio além do material, o que já havia sido reivindicado pelo Fonaprace antes mesmo da criação do PNAES (Fonaprace, 1993).

Quase 10 anos atrás, Honorato et al. (2014) chamaram a atenção de que as “inovadoras políticas de acesso” iniciadas com o Reuni em 2006, Sisu em 2010 e com a Lei de Cotas em 2012 implicaram na revisão das políticas de “permanência (e de assistência), visto que a ampliação da proporção de alunos de ‘novo perfil’ leva à ampliação da demanda por programas com vistas a garantir a continuidade e a conclusão do curso destes estudantes no ensino superior” (HONORATO *et al*, 2014, p.3-4). Em que pese, nesses quase 10 anos, mais da metade deles ter sido num cenário desafiador de corte de recursos financeiros e grande enfrentamento político do governo federal para com as universidades públicas, nossos dados de pesquisa nos permitem afirmar que essa revisão das políticas de permanência estudantil está acontecendo. As universidades federais estão desenvolvendo formas de apoio (ou ao menos tentando) condizentes com o perfil atualizado do seu público, aprimorando o apoio material e oferecendo novas formas de apoio acadêmico e simbólico, pensando a permanência estudantil como um processo ao longo da graduação.

V. Principais recomendações

- ampliar os programas de permanência estudantil para além do apoio material;
- dar visibilidade às ações de permanência existentes em diferentes órgãos da administração da universidade, disponibilizando as informações, quando possível, num mesmo endereço eletrônico;
- aperfeiçoar a comunicação com a comunidade estudantil para divulgação das políticas de permanência;
- melhorar os sites e os dispositivos de prestação de contas para as comunidades interna e externa;
- garantir a ampliação e a multidisciplinaridade das equipes que atuam nos diferentes serviços de assuntos estudantis;
- garantir a formação continuada das equipes dos serviços de assuntos estudantis como política de permanência estudantil;
- garantir a formação continuada de docentes como política de permanência estudantil.

V. Referências

- CESPEDES, JG.; MINHOTO, MAP; OLIVEIRA, SCP de; ROSA, A da S. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio: aval pol public Educ** [Internet]. 2021 Oct;29(113):1067–91. <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/2418>.
- COULON, A. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. EDUFBA, 2008.
- CROSARA, D.M; SILVA, L.B; OLIVEIRA, M.F. Trajetória de institucionalização da Assistência Estudantil no Brasil. In: CROSARA, D.M & SILVA, L.B. **A assistência estudantil em debate**: análise dos projetos de lei em tramitação no congresso nacional brasileiro (pp. 16-38). Curitiba: Brazil Publishing, 2020.
- DIAS, C.E.S.B.; TOTI, M.C. DA S.; SAMPAIO, H., POLYDORO, S.A.J. (Orgs). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 393-472, 2020. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/ensino-superior-mudancas-e-desafios-na-perspectiva-dos-estudantes/>
- DIAS, C.E.S.B. & TOTI, M.C.S. (2022). Serviços de assuntos estudantis, formação continuada e avaliação: do acesso à permanência estudantil. **46º Encontro Anual da Anpocs - UNICAMP** (ST37: Assuntos estudantis na educação superior: um subcampo emergente na Sociologia da Educação), Campinas, SP, Recuperado de: <https://encontro2022.anpocs.com/>
- DIAS, C.E.S.B. **O apoio pedagógico no campo da assistência estudantil no contexto da expansão do ensino superior no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas (SP), 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1166990>
- DIAS, C.E.S.B., TOTI, M.C.S. Serviços de assuntos estudantis no Brasil: fundamentos e profissionalização. In: OSTI, A., FIOR, C., CANAL, C.P.P., ALMEIDA, L. **Ensino superior: mudanças e desafios na perspectiva dos estudantes**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, p.209-238. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/ensino-superior-mudancas-e-desafios-na-perspectiva-dos-estudantes/>
- DIAS, C.E.S.B. Terceirização da assistência estudantil e as escolhas da gestão universitária: refletindo sobre o impacto na permanência estudantil. **XI Congresso Latinoamericano Sobre Abandono na Educação Superior (CLABES)**, Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF, Brasil, 2022. Recuperado de: <https://doity.com.br/anais/trabalhos-apresentados/trabalho/254185>
- DIAS, C. E. S. B.; SAMPAIO, H. A constituição da assistência estudantil como campo científico. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 53, p. e10516, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10516>
- DRUCK, G., SENA, J., PINTO, M. M; ARAÚJO, S. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: **IPEA. Terceirização do Trabalho no Brasil: novas e**

distintas perspectivas para o debate. Brasília (DF), 2018, p.113-141. Disponível em:
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8709/1/A%20Terceiriza%C3%A7%C3%A3o.pdf>

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **II Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil – um mapeamento de capacidades e instrumentos. Resultados da Coleta 2016.** São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições; FONAPRACE; ANDIFES, 2018. Disponível em:
https://portais.univasf.edu.br/proae/noticias/relatorio-final_pesquisa-perfil-institucional_fonaprace_coleta2016.pdf

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários - **Dez encontros.** Goiânia (GO): Universidade Federal de Goiás, 1993.

GOMES, L.M.L.S. **Psicologia, assistência estudantil e ensino superior.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em:
<https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6948>

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional.** Jan.-jun. 2018 Vol. 19, No. 1, 7-17. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902018000100003

HERINGER, R. Políticas de acesso e permanência na Universidade do Texas, Austin (EUA). **Educar em Revista,** Curitiba, v. 38, e78962, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/tLX6nNnBfpqk4ZmZCcJMZmv/>

HONORATO, Gabriela; VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. Assistência estudantil e permanência na universidade pública: refletindo sobre os casos da UFRJ e da UFF. Trabalho publicado nos **Anais da 38ª Reunião Anual da ANPOCS,** Caxambu, 2014.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em:
<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>

MARTINS, H.H.T.S. **Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa,** São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27936>

MENDA, C., SEIBT, L.T., SILVA, L.E.W., KRISTENSEN, C.H. Perfil das equipes de assistência estudantil nas universidades federais do Brasil no atendimento à saúde mental dos estudantes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas),** 27(3), 591–608, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000300011>

OLIVEIRA, A.B., SILVA, S.M.C. A Psicologia na promoção da saúde do estudante universitário. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde,** 7(3), 363–374, 2018. Disponível em:
<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1913>

PRADO, R.M.M.O. **Permanência na educação superior**: o caso das Engenharias da Escola Politécnica da UFRJ. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000917790>

SANTOS, D.B.R. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Tese - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11778>

SILVA, A.P.S., MATTA, A.R., DIAS, C.E.S.B. (2023). Permanência estudantil: mapeamento de materiais de apoio à aprendizagem a estudantes nos websites das universidades federais brasileiras. **XII Congresso Latinoamericano Sobre Abandono na Educação Superior (CLABES)**, Universidad Católica de Temuco (UCT), Temuco, Chile. Recuperado de: <https://clabes.uct.cl/>

SILVA, L. B. e; MARQUES, F. J. A assistência estudantil na educação federal brasileira e a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 38, n. 00, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/112696>

TOTI, M.C.S. **Apoio Pedagógico nos serviços de assuntos estudantis das universidades federais brasileiras**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas (SP), 2022. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1242232>

TOTI, M.C.S. & POLYDORO, S.A.J. **Serviços de apoio a estudantes nos Estados Unidos da América e no Brasil**. In: DIAS, C.E.S.B.; TOTI, M.C. DA S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S.A.J. **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, p.79-102, 2020. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/site/os-servicos-de-apoio-pedagogico-aos-discentes-no-ensino-superior-brasileiro/>

TOTI, M.C.S. & DIAS, C.E.S.B. Fundamentos para a atuação em assuntos estudantis: uma experiência autoformativa de profissionais de serviços de apoio aos estudantes para promover a permanência. **XI Congresso Latinoamericano Sobre Abandono na Educação Superior (CLABES)**, Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF, Brasil, 2022. Recuperado de: <https://doity.com.br/anais/trabalhos-apresentados/trabalho/255956>

VARGAS, H.M., HERINGER, R. Políticas de Permanência e Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras: uma análise a partir dos websites. In: CARMO, G.T. (org.). **Sentidos da permanência na educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 175-198, 2016.

VI. Equipe de pesquisa

PROMOÇÃO

LEPES (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da UFRJ)

Parceria:

Ação Educativa

Laboratório de Pesquisas sobre Serviços de Apoio aos Estudantes do Ensino Superior
(LAPES/Unifesp)

EQUIPE DE PESQUISADORES E BOLSISTAS

- Coordenação: Rosana Heringer (LEPES/UFRJ)
- Pesquisadores

Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias (Unifesp)

Michelle Cristine da Silva Toti (UNIFAL-MG)

Ruth Maria Moraes Oliveira Prado (IFMA)

- Bolsistas
- Ana Paula dos Santos da Silva (Unifesp)
- Amanda Aparecida Abdalla (UNIFAL-MG)
- Camila Viviane de Oliveira (UNIFAL-MG)

Apoio: Open Society Foundation (OSF)

Contato LEPES: lepesufrj@gmail.com